

ANAIS DE FILOSOFIA CLÁSSICA

A SOFÍSTICA E A DECADÊNCIA DOS VALORES TRADICIONAIS GREGOS

Marcos Sinésio Pereira Fernandes
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: O movimento sofístico, que, mesmo não podendo ser compreendido como uma escola ou teoria única, e que, na história do pensamento grego, se apresentou com ramificações ou correntes independentes, teve, porém, a propriedade de contribuir, através de todos os seus representantes: sofistas de primeira geração, como os naturalistas, como os sofistas políticos, da última geração, para a decadência dos valores gregos tradicionais. Nesse artigo nos propomos discutir, de forma introdutória, alguns aspectos dessa contribuição.

PALAVRAS-CHAVE: Grécia; sofística; tradição; valores; decadência.

ABSTRACT: The sophistic movement, which even can not be understood as a single theory or school, and that presented, in history of Greek thought, with independent branches, however had contribute, through all its representatives: sophists first generation, as the naturalists sophists, sophists last generation, as the politicians, to the decline of Greek values traditional. In this article we propose to discuss, in introductory way, some aspects of this contribution.

KEY-WORDS: Greece; sophistry; tradition; values; decay.

Os sofistas foram um fenômeno típico da cultura grega a partir do século V. a. C. – século que é referido pela tradição como a Época Clássica da cultura grega –, tendo sido, neste contexto, contemporâneos ao desenvolvimento da tragédia e da comédia gregas clássicas, do surgimento do pensamento socrático e do apogeu da democracia ateniense. É difícil tratar de uma maneira geral da sofística, pois seus representantes diferiam muito em método e doutrina. Além disso, a oposição por parte dos filósofos, principalmente de Platão (através de quem, justamente, chegou-nos muito do que sabemos sobre os sofistas), mas também de Aristóteles – que foram ambos os pilares da teologia cristã na Idade Média –, contribuiu muito para o pouco que sabemos mesmo sobre os principais sofistas. Limitar-nos-emos, portanto, a enumerar alguns dos grandes representantes desse movimento, e deixaremos para o texto propriamente dito a tarefa de traçar o horizonte em que, somente, o fenômeno da sofística pode ser entendido com todas as suas importantes consequências para o pensamento

Fernandes, Marcos Sinésio Pereira
A sofística e a decadência dos valores tradicionais gregos

filosófico. O mais antigo de todos os sofistas, o primeiro, segundo a tradição, que se teria autodenominado desse modo, foi Protágoras, cujo nascimento é situado entre 491 e 481 a.C em Abdera, cidade natal também Demócrito, filósofo pré-socrático atomista, que, segundo algumas referências inverossímeis (pois Demócrito nasceu aproximadamente em 460 a.C.), teria sido mestre de Protágoras. A morte de Protágoras ter-se-ia dado, provavelmente, em torno do final do século. Górgias foi outro dos primeiros sofistas. Teria nascido entre 485 e 480 a.C. em Leontinos, na Sicília, e vivido mais de cem anos com boa saúde e o espírito lúcido. Segundo a tradição, consta ter sido discípulo do filósofo pré-socrático Empédocles (que teria nascido entre 483 e 481 a.C.). Pródico foi também um sofista da primeira geração, nascido provavelmente entre 470-460 a.C. em Ceos, uma ilha próxima de Atenas. Não se sabe nem aproximadamente a data de sua morte. De Hípias sabe-se que nasceu em Élida, região de Olímpia, em data desconhecida. Acredita-se que no final do século V a.C. seu nome gozava de fama em toda a Grécia. De Antifonte sabemos que sua atividade se teria dado, sobretudo, nos últimos decênios do século V a.C. Os sofistas que chamamos da segunda geração teriam sido os sofistas políticos e os eristas, dos quais conhecemos poucos nomes de destaque e poucas particularidades de sua atividade (mencionaríamos Trasímaco da Calcedônia, cujo ideário é muito rapidamente resumido no livro I de *A república* de Platão). No entanto, a influência destes últimos sobre a cultura grega pode ser referida por diversos indícios que tentaremos elucidar a seguir. A sofística prosseguiu durante todo o desenvolvimento da cultura grega, mas jamais teve tanta influência como nos séculos V e IV a. C., quando as *pólis* gozavam de ampla autonomia.

A sofística contribuiu sobremaneira para modificar a concepção tradicional de virtude, substituindo a ideia de virtude de sangue pela ideia de virtude aprendida, virtude adquirida pelo hábito e pelo exercício. A coragem era um sacrifício desse gênero e na Antiguidade era ela que decidia quem seria senhor e quem seria escravo: escravo seria aquele que se apegasse à vida e não tivesse vigor para enfrentar a morte, por isso o guerreiro podia ameaçá-lo e obrigá-lo a fazer o que ordenasse. Essa concepção de virtude começa a ser explicitada com os sofistas. Podemos-la constatar claramente em Pródicos de Céos, por exemplo, um dos sofistas ditos da primeira geração – mas também vemos indícios dela em Protágoras e em outros sofistas. Tal virtude é fruto de outra espécie de articulação entre os homens: o Estado, a *pólis*. O Estado é um compromisso, ou seja, um pacto; o Estado nasce de um acordo entre pessoas que não têm nenhuma ligação por natureza, ou seja, não têm nenhuma ligação de sangue, surge para além do clã. É um começo quando dois clãs que nada têm em comum começam a

Fernandes, Marcos Sinésio Pereira
A sofística e a decadência dos valores tradicionais gregos

fazer um acordo para vencer um inimigo em comum. Na medida em que os chefes dos clãs sacrificam-se pelo acordo e não obedecem apenas à lei do conforto e da conveniência, não buscando apenas o continuar sobrevivendo sobre a terra da melhor maneira possível, então eles tornam o acordo uma lei viva, vigente pelos seus atos, ao sacrificarem-se por ela. E assim são as leis humanas: elas não existem na natureza além do mundo da cultura; elas só existem se os homens lhes derem a vida, se as viverem até o seu limite. A lei da propriedade, por exemplo, não existe se os homens não a observarem e não velarem pelo seu exercício: na natureza – podemos afirmar de uma maneira geral e simplificada – só existe a lei da força e tudo o que um animal pode fazer pela sua força ele tem o “direito” de fazê-lo. O homem, pelo contrário, não faz muitas coisas que poderia fazer pela sua força, pois não acha justo proceder desse modo, ou seja, ele obedece à outra lei, ele quer que a realidade seja diferente daquela que a natureza lhe dá, assim como prefere viver com outros bens materiais melhores do que aqueles que a natureza lhe proporciona. Nesta altura já tocamos o nível seguinte do mundo humano: a dimensão política, a dimensão que articula todas as possibilidades humanas entre si, as ordena em uma hierarquia, fazendo com que todos obedeçam a um governo, a leis explicitadas e acordadas, etc.

A outra vertente dos primeiros sofistas, a chamada corrente dos sofistas naturalistas, radicalizou a sua crítica ao mundo da cultura ou mundo humano. Essa crítica foi feita com base na concepção da φύσις como movimento de espontaneidade, movimento de criação e realização espontânea. Os chamados sofistas naturalistas (dos quais, como indicamos, os principais foram Hípias e Antifonte) questionaram, em primeiro plano, a legitimidade das leis políticas, confrontando o caráter arbitrário, convencional, artificial que, de acordo com esses sofistas, estas leis sempre possuíam, com a espontaneidade e a universalidade das leis naturais. Ou seja: as leis políticas, segundo esses sofistas, dependiam do acordo entre os homens que se propunham segui-las, variavam de povo para povo, de cultura para cultura, refletindo o seu caráter arbitrário e casual por serem frutos da convenção humana. Por outro lado, as leis naturais eram universais em toda a natureza, abrangiam o *cosmos* inteiro, e tinham vigência também no homem, cuja essência era natural, segundo esses sofistas, e que só em uma parte forçada com relação à espontaneidade natural era não natural, sendo esta a parte cultural humana, que era sempre secundária e mais grosseira do que a natureza, tendo sempre que partir de e apoiar-se em matérias primas naturais e não conseguindo nunca a perfeição e a complexidade das obras naturais (o que na Antiguidade era mais patente). Essa crítica, embora se dirigisse diretamente às leis políticas, atingia também de modo particular as

Fernandes, Marcos Sinésio Pereira
A sofística e a decadência dos valores tradicionais gregos

leis morais. Pois a moral é um conjunto de regras que tem como matéria prima a vontade natural humana. Ou seja: a moral é um código de regras que forma uma vontade humana culta a partir de uma vontade humana natural, ainda não aculturada. Isso significa que a moral parte das vontades elementares que há nos seres humanos enquanto natureza. Os nossos apetites são a maneira da natureza criar as suas obras ou as obras inerentes à nossa espécie. Visto do ponto de vista do indivíduo, do nosso pequeno egoísmo, o nosso apetite aparece somente como matéria de prazer.

São as vontades, os apetites, a nossa primeira matéria prima, a partir da qual criamos outras vontades superiores hierarquicamente (no sentido original de hierarquia, que explicaremos mais à frente). Por exemplo, temos a vontade de nutrição, que em nossa infância estende-se sem limites a um universo de objetos sobre o qual a moral vai atuar remodelando e elaborando. O alimento humano tem de ser cozido, temperado, não é costumeiramente tocado diretamente pelo corpo (usamos habitualmente talheres), nossas refeições são feitas em horários regulares, não é lícito que nos alimentemos em certos lugares (como igrejas, locais de trabalho, de estudo, etc.). Todos os costumes desse gênero são indícios de que o homem tenta sempre trabalhar e controlar os seus instintos, associando-os a regras, que se multiplicam na medida mesma do nível cultural a que concernem. Em uma refeição feita na recepção de um alto dignatário político as regras de etiqueta serão sempre mais complexas e sutis do que em uma refeição de um trabalhador que se alimenta em um refeitório. Assim como o homem tem regras para cercear a sua vontade de nutrição, do mesmo modo tem regras para cercear a sua vontade sexual. Desta maneira, estes dois níveis de vontade, pelos quais a natureza atua no homem, levando-o a conservar-se, a propagar o seu movimento de criação do real, são contidos e elaborados pelas regras morais, e, em segundo plano, pelas regras políticas. Um homem tem de conter o seu desejo sexual, pois não pode reproduzir enquanto não estiver plenamente integrado à cultura de sua época. Isso quer dizer que, para um homem sustentar uma cria, uma criança, até que ela possa integrar-se à cultura de sua época e produzir de acordo com essa cultura, precisa ele mesmo ter inserção e produzir segundo os critérios dessa cultura.

Os sofistas naturalistas pretendiam atacar todo esse complexo artificial que mantém o homem empenhado constantemente em uma atividade contra o movimento espontâneo da própria natureza, pretendendo pelo menos mitigá-lo ou fazer o movimento da cultura ater-se mais ao movimento da natureza, já que este movimento deteriora os entes artificiais

Fernandes, Marcos Sinésio Pereira
A sofística e a decadência dos valores tradicionais gregos

(enferruja, apodrece, quebra, desagrega, corrompe), tendendo a cultura, por esse motivo, a ser um fardo à espontaneidade natural.

Ora, o domínio dos comerciantes na *pólis* grega trouxe uma modificação radical em toda aquela disposição tradicional da moral grega, estruturada em função de manter a hegemonia guerreira. O ataque a essa moral da antiga aristocracia guerreira fez-se no domínio da arte da oratória. A arte da oratória era a que decidia o poder político no contexto da *pólis* dominada pelos interesses do comércio. A oratória era o que permitia dominar o auditório e a multidão nas assembleias políticas, repletas dos cidadãos que aumentaram a população ateniense por conta do comércio. Esta assembleia, no movimento de conquista dos destinos da *pólis* por parte da humanidade ligada à promoção do comércio, tornou-se cada vez mais o lugar onde o destino do Estado era decidido. Os sofistas (palavra derivada de *sóphos*, que em grego significa “sábio”, querendo “sofista” significar “especialista no saber, sábio”) apresentavam-se como mestres de oratória. O que afirmavam poder ensinar era o modo de convencer um auditório, fazendo de um discurso que, no contexto da *pólis*, parecia o mais fraco, por ser o discurso daqueles que não tinham a *areté* tradicional, dos que não eram aristocratas, o discurso mais forte, que levaria de vencida todo o auditório (isso é ridicularizado em *As nuvens* de Aristófanes mediante a disputa entre o argumento justo e o argumento injusto – ganhando o argumento injusto hilarantemente a disputa).

A arte da oratória passa a ser de grande importância para a manobra da massa. Foi ensinando essa arte que os sofistas tiveram a oportunidade de seu aparecimento na civilização grega. Para ensiná-la, os sofistas tinham não só que ensinar a técnica de discursar, mas também os valores da cultura grega, pois para dominar um auditório é necessário dominar também os valores pelos quais este se orienta. Por isso, os sofistas ensinavam a arte de proferir um discurso e ensinavam, muitas vezes também, o conteúdo da tradição da cultura grega, ensinando a manobrar com as interpretações, com as argumentações, etc., apoiando-as em poetas que eram considerados consensualmente como grandes, ou em ditos dos assim considerados grandes sábios, etc. Desse modo, eram dados a conhecer os grandes poemas da língua grega, as ciências desenvolvidas pelos chamados sábios da Grécia e pelos filósofos pré-socráticos. Estes últimos serviam muitas vezes para questionar a crença nos deuses tradicionais da cultura grega, os quais fundamentavam a nobreza da aristocracia tradicional, pois constavam amiúde como ascendentes dos nobres de cada cidade. O questionamento dos deuses foi um dos fatores que propiciaram uma subversão dos valores tradicionais nos quais a *pólis* se baseava. A concepção de natureza dos pré-socráticos, particularmente, servia para

Fernandes, Marcos Sinésio Pereira
A sofística e a decadência dos valores tradicionais gregos

questionar a concepção da realidade como produto das ações e capacidades dos deuses – e serviu, sobretudo, para criticar o mundo da cultura humano como sendo uma realidade secundária, artificial, e mesmo antinatural.

O fato de a civilização grega, na época do predomínio do comércio, produzir, em sua maior parte, para a troca, ou seja, por dinheiro, permitia que quem tivesse dinheiro pudesse entrar na posse de quase qualquer bem da cultura grega, inclusive a terra. Neste contexto, os sofistas puderam abandonar a sua *pólis* natal, o Estado do qual eram cidadãos, e peregrinar por todo o mundo grego com independência, pois podiam fundar essa independência no dinheiro e afastar-se das cidades quando os seus discípulos começavam a atrair inimizades – como deve ter sido mais cômodo afastar-se de sua cidade natal, onde poderiam ser levados aos tribunais por sua doutrina, pelas ideias novas sobre o divino e o caráter essencial da divindade. Não obstante, alguns sofistas ocuparam lugares importantes, em algum momento de sua vida, na própria *pólis*: Hípias e Górgias, por exemplo, tinham sido embaixadores de suas respectivas *pólis*, no tocante a assuntos importantes (consta que Górgias teria representado Leontinos junto a Atenas, e que a sua técnica da oratória havia impressionado os atenienses). Por outro lado, era uma característica significativa o peregrinar por diversas cidades, ocorrendo sempre para onde havia o predomínio do comércio e do dinheiro, em busca de jovens oriundos de famílias abastadas, podendo aí viver com relativa independência e aumentar os seus ganhos, adquirindo o valor comum em que se traduzia toda a cultura grega (o dinheiro, como dissemos). Essa possibilidade de viver em constantes viagens explica-se somente pela hegemonia do comércio na cultura grega – o que não aconteceria na época do *oïkos* arcaico, em que a proteção e a hospitalidade dos chefes dos clãs era decisiva. No diálogo *Protágoras*, de Platão, vemos, um tanto caricaturalmente, uma dessas reuniões de sofistas na casa justamente daquele que era tido como um dos homens mais ricos de Atenas: Cálías – do qual se dizia que era um dos que mais havia gasto com sofistas em sua época. No *Górgias*, também de Platão, vemos o sofista hospedado em casa de Cálicles, que certamente era um representante da plutocracia ateniense. Os sofistas tornaram-se, assim, mercadores do saber. Essa sua disposição com relação ao saber foi criticada pelos filósofos, pelos que se afirmavam como amigos do saber. Os filósofos entenderam que o saber não pode ser uma mercadoria, pois muitas vezes ele não *convém*, não *serve* ao freguês, mas, ao contrário, o homem é que tem de servir a ele, o homem é que tem que se modificar para alcançá-lo, ou seja, a busca do saber começa com o saber que concerne a si mesmo, com o conhecer a si mesmo, com o conhecer os seus limites e, conseqüentemente, o seu vasto cabedal de

Fernandes, Marcos Sinésio Pereira
A sofística e a decadência dos valores tradicionais gregos

ignorância: pois o saber mais difícil e primeiro, para que o homem se disponha em função do saber, é o saber formar o próprio homem conforme o seu modo de ser mais próprio sobre a terra: condição em que o homem mesmo não pode dispor do sentido a que vai ser conduzido, pois é ele que está em jogo. O formar o homem não pode ser feito, no entanto, como o pastor cuida do seu rebanho, em que a procriação, a seleção da raça pode ser feita de acordo com a serventia humana: no formar o homem cada homem está engajado na formação, e é responsabilidade de cada um decidir o que vai tornar-se a humanidade, que grau de nobreza a humanidade pode alcançar: um homem menos nobre não pode indicar o caminho ao mais nobre, e ao nobre cabe engajar-se na transformação que levará à sua nobreza, sem dispor do sentido desta previamente: o seu exemplo e a sua amizade podem ser o máximo que possa fazer pela formação de outro homem. Este é o sentido próprio do convite: “torna-te o que és”, pois o homem é tal que o seu sentido é tornar-se homem, é sempre pôr em jogo o tornar-se homem. Para distribuir e aquilatar todo valor sobre a terra, o homem, antes de tudo, tem de encontrar o seu próprio sentido. O homem só pode aquilatar o sentido das coisas descobrindo a que elas tendem e em que estão engajadas. Esse engajamento só pode ser descoberto pelo seu próprio, como aquele que está no cerne mesmo da busca de sentido. Essa característica do saber não faz dele uma mercadoria muito competitiva, quando tem de disputar o mercado, pois todos estão à procura do útil, do que serve para..., e não estão dispostos a questionar o “para que” que faz com que uma coisa seja útil (e que amiúde não é mais que o próprio umbigo). O saber *não serve para nada*, porque a ordem de coisas a que toca é de tal modo que tudo o mais é que serve a ele: é o divino, que exige o sacrifício e que não pode ser servo de nenhum homem. É este divino que o homem descobre ao descobrir o que lhe é mais próprio, porque o homem é de tal modo que o seu ser não é *fechado*, sendo antes uma *abertura*, um ser para o divino. Ora, para que os sofistas fizessem o saber apetitoso, um produto atraente que todos quisessem comprar, teriam que apresentá-lo como mero instrumento que aqueles que pudessem desembolsar dinheiro pudessem e quisessem ter para usá-lo no sentido que bem entendessem, ou seja, tinham de apresentá-lo como um instrumento de conquista do *poder* na *pólis*, que era o que os ricos, os senhores do dinheiro queriam, em primeiro lugar, *conquistar*, com relação à aristocracia de sangue, e, depois de vencida a antiga aristocracia, queriam *manter* contra as classes mais pobres que passaram a ameaçá-los. Era nesse sentido que os filósofos afirmavam que os sofistas, entre o caminho do saber e o caminho do comércio, preferiram o caminho do comércio, preferindo fazer o saber servir ao comércio, ser um produto rentável, não se sacrificando às necessidades do próprio

Fernandes, Marcos Sinésio Pereira
A sofística e a decadência dos valores tradicionais gregos

saber. Por isso era mais ou menos comum a todos os sofistas o ensinar a discursar, o ensinar o impor-se a uma assembleia. Ao mesmo tempo em que a arte da oratória dos sofistas ensinava a técnica de persuasão, ensinava também um conteúdo que refutasse as bases da moral aristocrática. A moral ela mesma passa a ser questionada em bloco pelo princípio da natureza, da espontaneidade da vida. Toda hierarquia, tal como havia na *pólis*, entre o senhor e o escravo, era contestada pelo argumento de que a moral, a política e o trabalho eram a origem dos males inerentes a toda cultura humana. Os chamados sofistas naturalistas, particularmente, dentre os quais se contam com destaque Hípias e Antifonte, que citamos acima, pregavam uma reforma da cultura através de uma orientação mais estreita pela natureza no homem. O ideário dos sofistas naturalistas é hoje mal conhecido por nós. Porém, temos muitas notícias dos seus efeitos, a que aludimos e procuramos configurar acima através de citações: a saber, a crise de valores no seio de toda a *pólis* grega. Essa crise não foi proporcionada pelos sofistas naturalistas que pertenciam ainda à primeira geração de sofistas, os quais, de uma maneira geral, tinham ainda algum respeito pela tradição. A crise foi mais decisivamente radicalizada pelos chamados sofistas políticos, da chamada segunda geração dos sofistas. E aqui vale observar um fenômeno que marcou o desenvolvimento da sofística: os sofistas deterioraram-se em seu desenvolvimento, de maneira que os que mais influíram na *pólis* só o fizeram negativamente, contribuindo para corrompê-la: e estes foram, sobretudo, os sofistas políticos. A outra corrente da sofística – segundo o critério geral de sua divisão que adotamos aqui – da segunda geração, a dos sofistas eristas, dedicou-se a um cultivo da língua levando-a a proposições e argumentos que se desligavam de todo equilíbrio e arraigamento da própria língua, jogando com paradoxos, absurdos, contradições, etc., de uma maneira descompromissada e muitas vezes irresponsável. O discurso, que era o mestre da assembleia e, portanto, do destino da *pólis*, mostrava-se arrogante, incorria na *hýbris*, sobretudo depois da afirmação do poderio de Atenas em plena democracia. Toda a tradição passava pelos crivos do discurso para a assembleia, do discurso feito para o mercado de voto, sendo cada voto como que a preferência de um freguês que escolhe uma mercadoria. Górgias, outro sofista da primeira geração, que deu ensejo ao aparecimento dos eristas, em sua *Defesa de Palamedes* e *Elogio de Helena*, por exemplo, tenta mostrar que o discurso, na época das massas, era mestre dos valores da tradição, revertendo valores tradicionais como a unanimidade da condenação do caráter de Helena, o protótipo da mulher infiel e que causava a desgraça dos homens pelos seus atributos femininos – assim como pretendeu apresentar o discurso que salvaria Palamedes da condenação injusta que o levou à morte. É que nenhum dos antigos soube

Fernandes, Marcos Sinésio Pereira
A sofística e a decadência dos valores tradicionais gregos

salvá-lo da astúcia de Odisseu. Este último levou-o à condenação à morte por vingança: foi Palamedes o responsável por Odisseu ter sido obrigado a vir a Tróia combater.

Platão fez uma caricatura dos sofistas eristas em seu diálogo *Eutidemo*, onde a ironia de Sócrates dá-nos a entender que o poder questionador do discurso podia também perder o equilíbrio e tornar-se derrisão. Os sofismas criados pela erística contribuíram para a estruturação da lógica, que buscou refutá-los e com isso teve que buscar um solo mais propício para fundamentar o discurso – o que alcança um grande desenvolvimento com Aristóteles. Mas – temos de fazer a ressalva – este ponto de vista, de que os sofistas políticos e os eristas foram uma degeneração da sofística, é contestado por muitos estudiosos de nossos dias, os quais, por vezes, identificam no desenvolvimento da sofística diversos elementos modernos e contemporâneos e por isso a identificam a um ponto de vista avançado. E, de fato, o espírito da sofística reencontra ecos na nossa época, pois a época que o engendrou foi em muitos aspectos prenunciadora da nossa.

Mas voltemos a tratar dos sofistas políticos, pois o seu pensamento, mesmo abordado de uma maneira geral, contribui bastante para que entendamos o que constituiu o que chamamos de crise da civilização grega. De um modo abrangente, podemos dizer que os sofistas políticos aceitaram a tese dos sofistas naturalistas de que as leis humanas, as leis que conservam e promovem a cultura, deveriam orientar-se pelas leis da natureza e deveriam secundá-las e não contrariá-las, pois as leis humanas são convencionais, são meras convenções estabelecidas pelos homens arbitrariamente, ao contrário da natureza, que é essencial, que é inerente ao próprio ser do homem. Nasce assim, pela primeira vez, a dualidade entre lei positiva e lei natural. A lei positiva é a lei posta, positivada pelo homem, estabelecida por este como uma convenção, como um padrão arbitrariamente combinado e pactuado (e nisto está a origem do pacto social) pelos homens¹. A lei natural, por outro lado, é aquela derivada da própria natureza, é a que está em harmonia com o homem como ser natural. A discussão sobre o que é natural e o que é cultural, e sobre se a cultura e o mundo humano fundamentam-se na natureza, ou se são antinaturais, começa nessa época e irá acompanhar todas as tentativas de fundamentar o direito nos séculos vindouros, na tradição ocidental. É neste contexto, portanto, que Hípias, um dos maiores representante dos sofistas

¹ Este foi um dos motivos dos pensadores modernos, como Thomas Hobbes, terem se esforçado por fundamentar o pacto em uma necessidade natural, baseando todo o direito na própria natureza (que na época era aludida como criatura do criador segundo o critério cristão, mas que para o leitor pode ser entrevista como um movimento de criação que estava descobrindo-se como um acesso esquecido ao divino, que transbordava os limites do cristianismo, ou então o promovia ao seu sentido mais tônico, mais original, conformando a decisão e a responsabilidade do cristão).

Fernandes, Marcos Sinésio Pereira
A sofística e a decadência dos valores tradicionais gregos

naturalistas (que, como o nome sugere, priorizavam a natureza como critério de reformulação dos valores e leis humanos) diz: “Os homens por natureza são irmãos, mas não o são pela lei”². Hípias estava querendo dizer o seguinte: pela natureza todos os homens eram igualmente dotados, medianamente semelhantes, como os animais da mesma espécie o são entre si³. Mas pelas leis humanas, ou seja, pelas leis políticas, morais e técnicas, que se alicerçam umas nas outras, os homens instauram as imensas diferenças entre si. Por exemplo, que haja escravos e senhores é uma condição que era imposta pela lei e não pela natureza. Era o Estado, a pólis que definia uns como escravos e outros como senhores, e, se preciso fosse, a força conjunta do Estado seria mobilizada para defender a existência desta diferença de condição em seu seio. A propriedade também só existia e era mantida pelas leis, pois por natureza nenhum homem tem um vínculo necessário com nenhum objeto, tal como uma propriedade o possibilita ter: por natureza cada animal consegue aquilo que sua força e capacidade natural permitem-no conseguir, nem mais nem menos. O homem, por outro lado, não dá razão sempre à força, à efetividade natural: muitas vezes o que a força consegue ele chama injusto, por contrariar eventualmente a propriedade (quando chama a apropriação de roubo, de usurpação, por exemplo). Mas por causa da propriedade existe o rico e existe o pobre, ou seja, uma classe de homens que tem à sua disposição uma grande quantidade de bens e uma outra que, por vezes, não tem bem nenhum, nem mesmo o mais indispensável para se alimentar – e os dois, o rico e o pobre, podem estar lado a lado, sendo que um com acesso a todos os bens na cidade (ou a muitos), e o outro proibido de desfrutar qualquer um que seja desses bens, numa realidade produzida de modo totalmente artificial pela lei. E mesmo assim o Estado continuará protegendo a propriedade, de maneira que uma pessoa poderá morrer de fome numa cidade onde existe grande fartura, simplesmente porque, por lei, não tem nenhuma propriedade. Num outro exemplo, podemos examinar o caso de um homem que mata o outro simplesmente porque este outro pertence a outro Estado, sem que tenha lhe feito qualquer o mal, e mesmo sem que nunca o tenha conhecido antes: é o caso de uma guerra. A guerra é produzida pela lei, pois cada cidadão só tem a sua cidadania definida pela lei que o liga ao solo de sua *pólis*, que lhe proporciona proteção, que garante seus direitos, sua propriedade, etc. Contra tudo isso é que clamava Hípias, de uma maneira que nós os de hoje podemos considerar um tanto simplista, mas que em sua simplicidade não deixa de proporcionar-nos a oportunidade de refletirmos sobre uma série de coisas que nós já não

² Cf. PLATÃO. *Protágoras*. Traduzido pelo autor a partir da tradução Alfred Croiset. Les Belles Lettres: Paris, 1955. 337 c-d.

³ Esta apreciação é retomada por Hobbes no cap. XIII de *Leviatã*.

Fernandes, Marcos Sinésio Pereira
A sofística e a decadência dos valores tradicionais gregos

percebemos, por considerá-las pressupostas, “normais”. Nesta medida o pensamento de Hípias, em sua simplicidade, pode despertar em nós um estranhamento, uma admiração com relação a coisas que antes não percebíamos por estarem muito próximas dos nossos olhos (como o nosso nariz) – sendo, neste sentido, um pensamento filosófico.

O pensamento de Hípias, ao afirmar uma igualdade dos homens segundo o critério da natureza igual de todos os homens, no sentido em que a explicamos acima, fundava as bases para um *cosmopolitismo* até então inexistente na civilização grega. O grego tinha a si mesmo como a possibilidade mais acabada de toda a humanidade, por causa de sua cultura, por causa de sua civilização. O pensamento de Hípias é uma face importante do democratismo, e é uma base para a argumentação contra toda nobreza humana. O que a maioria dos gregos prezava mais em sua cultura era o fato de em seu Estado a lei estar acima de todos os homens, de nenhum homem ter a vontade irrestrita, de todos os homens terem a dimensão que lhes cabia, ou seja, uma dimensão que não ultrapassava a dos outros homens a ponto de sua vontade ser considerada em todas as ocasiões como a soberana, como a mais alta em toda a humanidade – e um nivelamento como o que era corroborado pelo ponto de vista de Hípias poderia ser considerado um ater-se mais estrito da lei humana à lei da natureza.

A lei humana, na sofística naturalista, à medida que destoava da harmonia cósmica, era ainda considerada como antinatural. Porém, essa concepção de nivelamento do homem segundo a natureza escondia uma condição essencial do humano que perfaz a sua grandeza, que perfaz todos os sucessivos graus de sua grandeza: a hierarquia. De acordo com isso, a partir de Sócrates, a discrepância entre lei natural e lei humana era devida não a uma degeneração da humanidade com relação ao cosmos que o homem via em todo o resto da natureza, mas a uma hierarquia que ficava oculta porque existia apenas no mundo humano e que marcava o seu caráter essencialmente ascensional. Essa hierarquia evidenciava as leis humanas como discrepantes com relação à lei natural pelo fato de serem superiores, pelo fato de a lei humana buscar uma articulação legal da realidade mais perfeita do que em todo o resto da natureza que o homem percebe com os seus cinco sentidos (sendo o critério para o estabelecimento dessa hierarquia, do sentido de ascensão, o mundo metafísico, ou seja, o mundo além da *phýsis*: o mundo divino em que havia a lei em si, ou seja, o princípio da identidade que liga o mesmo consigo mesmo, constituindo a ligação primordial, a mais perfeita, a suficiência mais acabada – a *causa sui* –, a completude mais alta: o ser enquanto essência mesma do divino).

Fernandes, Marcos Sinésio Pereira
A sofística e a decadência dos valores tradicionais gregos

Mas voltemos à consideração geral do cosmopolitismo dos sofistas naturalistas: podemos afirmar que com Hípias a concepção da superioridade grega passa a ser questionada. Hípias proporcionava a oportunidade de o homem ser não, antes de tudo, cidadão de um Estado definido, mas cidadão do *cosmos*, um cidadão que obedecia à natureza ordenada por leis como o nexa de realidade mais alto a que toda lei humana tinha que submeter-se, pois a lei humana, que estabelecia o Estado e a moral, eram leis mais estreitas no seio de toda a natureza, eram leis que corriam o risco de serem arbitrárias e contingentes. Assim, com Hípias, o homem libertar-se-ia das limitações da humanidade, tal como estas se apresentavam em sua época, ao tornar-se cidadão da natureza, ao tomar como leis supremas as leis da natureza, ao ser um cidadão do cosmos – e não de um Estado particular. Esse é o sentido da palavra cosmopolita, que é a junção da palavra “cosmos”, que significa “o todo do universo ordenado, o todo da natureza ordenado por leis”, com *pólis*, que em grego significa “Estado”. O cosmopolita é aquele que tem como *pólis* o próprio *cosmos*, que é cidadão do *cosmos*.

Em Antifonte, por outro lado, outro grande sofista naturalista, como já dissemos e repetimos, vemos uma complexidade maior. Nos célebres fragmentos que nos restaram dos livros A e B sobre a *Verdade*⁴, aos quais acima fizemos referência de algumas passagens, podemos colher a afirmação: a lei natural é essencial e ao desobedecê-la o homem contraria a sua essência mais íntima; a lei humana, por outro lado, (ou seja, a lei moral, a lei política e a técnica) são meras convenções estabelecidas arbitrariamente pelos homens, e por isso não são essenciais: se os homens desobedecerem-nas, podem apenas ser punidos pelos outros homens. Ou seja: a consequência mais grave da desobediência de uma lei humana é ser reprimido pelos outros cidadãos ou pela polícia e levado ao tribunal. Se for uma lei moral, podemos ser excluídos da consideração dos outros, podemos sofrer vexações e não muito mais do que isso. Disso Antifonte concluía que a lei natural tem de ser obedecida por si mesma, pois a sua obediência traz-nos um benefício inerente à nossa própria natureza; a lei humana, por outro lado, deve ser obedecida apenas diante de testemunhas, somente aos olhos dos outros, para angariar fama de justo. Se conseguirmos desobedecê-la sem que ninguém saiba, nenhum mal derivará dessa desobediência. Disso muitos sofistas políticos, da geração seguinte, tiraram a seguinte conclusão: a lei humana era útil para que nós ostentássemos a sua obediência, para que todos pensassem que éramos respeitadores – e aí, às ocultas, poderíamos ter a máxima vantagem em desobedecê-la, pois o faríamos cobertos pela nossa reputação e pela confiança que os homens porventura tivessem depositado em nós por conta disso. Note-se bem que os

⁴ Cf. Antifonte, *Testemunhos, Fragmentos, Discursos*, ed. e trad. L. F. B. RIBEIRO, São Paulo, Loyola, 2008.

Fernandes, Marcos Sinésio Pereira
A sofística e a decadência dos valores tradicionais gregos

sofistas não faziam a apologia da desobediência à lei, pois sabiam muito bem que se as leis não fossem obedecidas a cultura humana se desarticulava e todos os bens humanos deixariam de ser produzidos, conservados, etc. Por exemplo, se não houver respeito à lei da propriedade é impossível o trabalho especializado, e sem o trabalho especializado seria impossível o exercício, o aprendizado da maioria das técnicas. Mas nada impedia que os sofistas defendessem um tipo de homem que aparentasse respeitar as leis humanas e tirasse dessa aparência o melhor proveito, como respeito, confiança, honras, cargos de confiança na pólis, etc. E aí, quando estivesse certo de que não seria visto, de que não seria fiscalizado ou vigiado, infringiria as leis humanas, tirando o máximo proveito, derivando daí mesmo uma felicidade sem par. Por exemplo: alguém que alardeasse por todos os cantos da cidade que era homem de bem, dando exemplos de seu respeito às leis, à cultura e à tradição de seu país, e aí, conseguindo a confiança e admiração de todos, fosse eleito para um cargo político em que tivesse tanto poder e confiança do Estado que ninguém seria capaz de vigiá-lo nem de puni-lo; nessa posição, com toda a segurança, começaria a infringir as leis em proveito dos seus desejos e cobiças, os quais sempre estão mais próximos do que se considera comumente (vulgarmente) como vontade natural humana do que a vontade de determinar-se pela lei. Os sofistas políticos foram os grandes herdeiros desta concepção das leis de Antifonte. Eles começaram a afirmar que a lei da natureza era a que o homem deveria seguir antes do que a lei humana, do que as leis da cultura: e a lei da natureza era a lei do mais forte, pois na natureza era a força que sempre decidia o que ia ser a realidade, que sempre decidia que vontade iria afirmar-se e qual seria a vontade frustrada. A força, portanto, segundo os sofistas políticos, era a vanguarda de todas as vontades naturais: seria ela que abriria o caminho para que todas as vontades com que a natureza dota o homem se realizassem, vontades que, como já explicamos, eram capitaneadas pela vontade de nutrição e pela vontade sexual. Os mais fortes, para os sofistas políticos, não eram obviamente aqueles que tinham uma maior força física individual, que tinham mais músculos, mas eram aqueles que podiam mobilizar na realidade a maior quantidade de forças, ou seja, aqueles que conseguiam dispor a seu favor a maior quantidade de forças possível em todo o real. Disso podemos concluir que, segundo os sofistas políticos, a inteligência tinha a função apenas de mobilizar forças, ou seja, era, antes de mais nada, uma inteligência técnica, que poderia persuadir a cidade, arrebatando em seu seio o seu poder, pondo à sua disposição o comando de exércitos, etc. Ou seja: a maior força era a da inteligência, que podia organizar os homens de modo que ficassem à sua disposição e de modo também que compusessem um todo organizado, um corpo de homens que somasse a

Fernandes, Marcos Sinésio Pereira
A sofística e a decadência dos valores tradicionais gregos

maior força possível nas circunstâncias⁵. Repetindo a nossa consideração em detalhes, ao nível das relações com os homens, a inteligência seria uma inteligência persuasiva, ou seja, seria aquela que conseguisse dominar ou conquistar o maior número de homens e, sobretudo, aquela que conseguisse organizar do modo mais eficiente estes homens, conseguindo deles o maior sacrifício possível, em vista dos seus objetivos próprios, ou seja, de seus desejos naturais.

Está claro como os discípulos dos sofistas políticos farão política, como atuarão no Estado: através da demagogia, da manobra do povo, do grande número da assembleia, e através das vitórias nas guerras, que poderiam aumentar ainda mais o seu poder. Está claro também quem considera que a natureza manifesta-se sobretudo nas vontades humanas mais próximas da dos outros animais: aquele tipo de homem que passou a prezar mais a ligação dos homens com os bens materiais, que, mais do que nunca, passou a prezar todos os bens que o dinheiro poderia comprar: os comerciantes, que baseavam o seu poder na riqueza sob a forma de dinheiro, e não na virtude, na formação humana, como queria o homem grego guerreiro. O tipo de vida melhor e mais feliz a ser levado pelo homem passou a ser frequentemente o de festas e de orgias em que a vontade de nutrição e a vontade sexual encontrariam os gozos mais altos e refinados. A moral dos homens endinheirados começou a predominar na pólis, e o dinheiro passou a ser também o veículo de todos os bens na vida: bem chamava-se o que o dinheiro podia comprar, e por isso a vida boa, a melhor vida na cidade, na *pólis*, passou a ser considerada aquela que podia ser comprada por dinheiro, de preferência por muito dinheiro. Como dissemos, as festas, as casas e propriedades confortáveis, os prazeres caros, os escravos para todo tipo de serventia e para todo tipo de prazer, as orgias em que o sexo e a vontade de nutrição tinham uma satisfação que nenhuma parte da natureza, sem o engenho da inteligência humana, podia dar, esses eram os bens que todos passaram a querer, e todo aquele que subia ao poder lutava para consegui-lo, praticando roubos, desapropriações ilícitas, assassinatos, etc., se fosse preciso⁶. Pois era lícito que se infringisse as leis humanas para satisfazer as leis naturais. O que se tinha que evitar apenas era ser pego, ou, se todos o descobrissem, evitar, pelo menos, ser punido. E era isso que acontecia com aqueles que chegavam ao poder na *pólis*. Muitos sabiam de sua corrupção e de sua depravação, mas poucos podiam fazer algo. E como estavam com a moral corrompida pela riqueza, como todos estavam apegados à vida como escravos, o tirano podia dominar a todos tendo uma força militar: tal como se dominava

⁵ Pense-se aqui em Júlio César, em Maquiavel, em César Bórgia, em Napoleão, etc.

⁶ Roma passa pelo mesmo ciclo. A tirania é estabelecida com os Imperadores.

Fernandes, Marcos Sinésio Pereira
A sofística e a decadência dos valores tradicionais gregos

os escravos, e mais nenhum cidadão tinha a coragem guerreira para fazer valer a sua liberdade e para morrer por ela, ou seja, para fazer valer a sua cidadania. Pouco a pouco, nas democracias, sobretudo em Atenas, o exército passa a ser de mercenários⁷. A nova classe ascendente de comerciantes, portanto, deteriora a moral guerreira dos primórdios da cultura grega e lança-a em uma crise humana profunda que terminará sendo o motivo de sua decadência.

Referências bibliográficas

- GÓRGIAS. *Testemunhos e Fragmentos*. Bilingue grego-português. Trad. M. Barbosa e I. de Ornelas e Castro. Lisboa: Colibri, 1993.
- KERFERD, G. B. *O movimento sofista*. Trad. Margarida Oliva. São Paulo: Loyola, 2003.
- KRANZ, W. *La Filosofía Griega*. México: Unión Tipografica Editorial Hispano Americana, 1962.
- PLATÃO. *Politeia-Der Staat*. Bilingue grego-alemão. Trad. F. Schleiermacher. Frankfurt am Main und Leipzig: Insel, 1991.
- _____. *Nomoi-Gesetze*. Bilingue grego-alemão. Trad. F. Susemihl. Frankfurt am Main und Leipzig: Insel, 1991.
- _____. *Górgias, Menon*. Bilingue grego-francês. Trad. A. Croiset. Paris: Les Belles Lettres, 1960.
- _____. *Hippias Majeur, Charmide, Lachès, Lysis*. Bilingue grego-francês. Trad. A. Croiset. Paris: Les Belles Lettres, 1949.
- _____. *Théétète*. Bilingue grego-francês. Trad. A. Diès. Paris: Les Belles Lettres, 1955.
- _____. *Timaios, Kritias*. Bilingue grego-alemão. Trad. F. Susemihl. Frankfurt am Main und Leipzig: Insel, 1991.
- _____. *Philebos*. Bilingue grego-alemão. Trad. F. Schleiermacher. Frankfurt am Main und Leipzig: Insel, 1991.
- _____. *Hippias Minor, Symposion, Phaidon*. Bilingue grego-alemão. Trad. F. Schleiermacher. Frankfurt am Main und Leipzig: Insel, 1991.
- RIBEIRO, L. F. B., *Antifonte, Testemunhos, Fragmentos, Discursos*, Bilingue grego-português. São Paulo: Loyola, 2008

⁷ Nas *Olintiacas* (discursos feitos por Demóstenes em favor da ajuda de Atenas à cidade de Olinto, na Calcídia, que estava sendo atacada por Felipe II da Macedônia), por volta de meados do século IV a. C., vemos Demóstenes desesperado tentando exortar os cidadãos de Atenas a formarem um exército composto por eles próprios para ajudar a *pólis* de Olinto contra os macedônios. O exército de mercenários consumia o tesouro público e fazia com que Atenas tivesse que explorar os seus aliados para mantê-lo, agravando mais os seus conflitos no mundo grego. Na democracia ateniense, a massa da população mais pobre de Atenas havia se acostumado a viver do tesouro público, através dos jetons pagos nos tribunais, na eclésia (assembleia de cidadãos), nas festas, como as dionisiacas – e isso, no momento de acudir Olinto, era um dos empecilhos econômicos para levantar um exército de mercenários.

Fernandes, Marcos Sinésio Pereira

A sofística e a decadência dos valores tradicionais gregos

_____. *Ion, Protagoras, Apologie, Kriton, Laches, Lysis, Charmides*. Bilingüe grego-alemão. Trad. F. Schleiermacher. Frankfurt am Main und Leipzig: Insel, 1991.

_____. *Parmenides, Sophistes, Politikos*. Bilingüe grego-alemão. Trad. F. Schleiermacher. Frankfurt am Main und Leipzig: Insel, 1991.

UNTERSTEINER, M. . *Les Sophistes*. Trad. A. Tordesilles. Paris: J. Vrin, 1993.

[Recebido de Maria Cristina dos Santos de Sousa em janeiro de 2010; aceito em janeiro de 2010.]